

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Sede da Junta de Freguesia de Penso Sessão Ordinária nº 11 de 23 - 09 - 2023

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
Vitor Jorge Castro Rodrigues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
António José Gomes Nabeiro	F	Agostinho Alves	F
Maria José Rodrigues Dias	P	d) Estrela Rodrigues	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
a) Manuel Cândido Afonso	P	Alfredo Domingues	F
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	F
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	e) José Manuel Fernandes	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
b) Bárbara Lima	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
c) Maria das Dores Vaz Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- b) Substitui Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa
- c) Substitui Ariana Andreia Rodrigues Fernandes
- d) Substitui Amado Dias
- e) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira

Quando eram dez horas do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e três, deu-se início à sessão, na sede da Junta de Freguesia de Penso.

Após cumprimentar os presentes, a Presidente da Mesa agradeceu, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, toda a ajuda e colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de Penso, Edgar Rodrigues, para que a reunião fosse ali realizada.

Por faltar o 2.º secretário da mesa, a Presidente pediu a colaboração do deputado Vítor Rodrigues para auxiliar nos trabalhos da mesa. A senhora Presidente concedeu em seguida a palavra à primeira secretária para proceder à chamada.

Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
---------------------	---

Passou-se ao primeiro ponto da ordem do dia: votação e discussão das duas atas anteriores. Na primeira ata, a n.º 9, ficou registada uma pequena correção, na página 6, enviada pelo deputado José Albano Domingues, onde se lê “certamente” deve ler-se “certame”.

Alterado este lapso de escrita, a senhora Presidente da Mesa, questionou a Assembleia se alguém queria intervir. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação, que foi aprovada por maioria, com três abstenções, dos deputados que não estiveram presentes nessa reunião.

Passou-se à votação da ata n.º 10, de 30 de junho, também com uma correção que o Deputado José Albano Domingues solicitou que fosse feita, na página 24. Assim, onde se lê “a reclamar em Assembleia” deve ler-se “a reclamar”.

Após as correções desta ata, a senhora Presidente da Assembleia questionou se havia mais algum pedido de intervenção antes de a sujeitar a votação.

Neste momento, pediu a palavra para se pronunciar sobre a Ata da reunião de 30 de junho de 2023 o senhor deputado José Albano Esteves Domingues, que no uso dela principiou por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Executivo Municipal, à senhora e senhores Vereadores, às senhoras e senhores Deputados, à técnica e ao público presente. Disse pretender dirigir um cumprimento especial à Junta de Freguesia de Penso, na pessoa do seu Presidente, Edgar Rodrigues, que teve a amabilidade de os convidar à sede da Junta da sua terra,



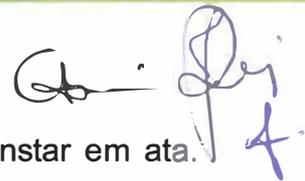
nobrememente renovada, e de os receber de braços abertos e com carinho, cumprindo-lhe, pessoalmente, relevar o carácter e o espírito de missão do Edgar, por quem referiu ter muita estima e ao qual disse reconhecer o mérito do exercício do cargo de uma forma empenhada e abnegada, e, fundamentalmente, não interesseira, própria de quem altruisticamente decide abraçar a causa pública.

Seguidamente, e quanto à Ata da reunião da Assembleia Municipal de 30/06/2023, lembrou o acontecido na reunião anterior, na qual havia solicitado o uso da palavra quanto ao ponto “3” da Ordem de Trabalhos, já após ter feito uma intervenção no período de “Antes da Ordem do Dia” respeitante ao setor social e particularizando a situação da Associação Dona Paterna. Acrescentou ter então iniciado a sua intervenção aludindo às últimas palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara a respeito das condições necessárias para a cedência do edifício da antiga Escola Primária de Além àquela Associação, tendo afirmado não se sentir confortável por saber que o senhor Presidente da Câmara entende não ter que dar conhecimento à Assembleia Municipal de quais são essas condições, estando-se, como era o caso, perante atividade do Executivo, não se tratando de matéria coberta por sigilo de qualquer natureza e cumprindo ao senhor Presidente prestar, em Assembleia, todas as informações e explicações que contendam com a atividade do Executivo camarário. Lembrou ainda que já após essas suas palavras a senhora Presidente da Mesa chamou a atenção para o facto de o assunto em questão ter sido encerrado, mas que facto era, indesmentível, que havia sido dito o que ele disse, e, regimentalmente permitido ou não (sublinhando que não era isso o que ali estava em causa), não se pode fazer de conta, ficcionar, que não foi dito o que na verdade foi dito, e que porque assim era teria de ficar a constar em Ata. Acrescentou, também, que por uma questão de lealdade já tivera a oportunidade de transmitir à senhora Presidente da Mesa o que entende traduzir uma Ata, o que disse assumir com firmeza, no sentido de se estar perante um documento oficial, provido de fé pública, que deve reverter, em escrito, todas aquelas que são as principais incidências da reunião (sejam abordagens, intervenções, argumentos ou decisões), constituindo um fiel repositório de tudo quanto na reunião aconteceu. Finalizou a sua intervenção, nesta parte, dizendo que não iriam levantar o incidente da falsidade, pelas consequências que tal poderia aportar, mas que face ao exposto

não a poderiam votar favoravelmente, fundamentalmente por a mesma não refletir o que aconteceu, por não refletir a realidade.

Terminada a intervenção do deputado José Albano Domingues, pediu a palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, que apresentou os seus cumprimentos a toda a Assembleia e público presente. Depois, as suas primeiras palavras foram, também, para o facto de estarem presentes numa assembleia descentralizada, que já se havia falado várias vezes nessa possibilidade e que, na última revisão do Regimento, fizeram até questão de reforçar o princípio da importância das Assembleias descentralizadas, reforçando que é com muito gosto que estão em Penso. Neste ponto, também dirigiu uma primeira palavra para o deputado Edgar Rodrigues, agradecendo-lhe a disponibilidade e o acolhimento desta Assembleia, fazendo dele as palavras do deputado José Albano Domingues, nomeadamente no que diz respeito às características, empenho e personalidade do senhor Presidente da Junta.

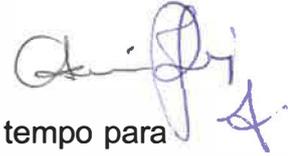
Relativamente à questão que estava em apreço, o senhor deputado referiu que, se bem se recordava, na dita reunião, houve um período antes da ordem do dia, em que foi feita uma interpelação ao senhor Presidente da Câmara a propósito da Associação Dona Paterna. O senhor Presidente da Câmara respondeu e houve, pelo menos, uma réplica, em que o senhor Presidente da Câmara também respondeu. Houve, ainda, uma terceira intervenção sobre o mesmo assunto, com alguma insistência de resposta, a qual o deputado Manuel Luís não recorda se o senhor Presidente deu ou não resposta. Acrescentou que, naturalmente, o senhor Presidente da Câmara é livre de saber se poderá responder ou não, o que faz parte do jogo parlamentar, tendo-se encerrado, desta forma, o assunto antes da ordem do dia. Posteriormente, durante o período da ordem do dia, no ponto 3, que versava sobre o contrato inter-administrativo do transporte escolar, e logo após o pedido de inscrição, o senhor deputado José Albano Domingues, de facto, voltou a levantar a questão, pretendendo novamente intervir, ao questionar o senhor Presidente da Câmara acerca do que poderia ter ficado por dizer, eventualmente, desse ponto do período antes da ordem do dia. Segundo recordava, e pediu que a senhora Presidente da Assembleia confirmasse, o que a Senhora Presidente disse foi que não estavam no período de antes da ordem do dia, pois este estava encerrado, e



que, por isso, as declarações que foram proferidas não deveriam constar em ata. Mais: o senhor deputado Manuel Luís entendeu que, a Presidente da Mesa, fez o que tinha de fazer, até porque o Regimento aprovado recentemente, e se se olhar para algumas das disposições daquilo que é o desempenho ou competência da Presidente da Mesa, é claro, no artigo 6.º, que compete ao Presidente da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos e manter disciplina das reuniões, assegurando o cumprimento das leis e regularidade das deliberações. Ora, se já estavam no período da ordem do dia, é evidente que não se poderia discutir outro assunto que não seja o que se está a discutir na ordem do dia. Na verdade, o que está na ordem do dia será destinado a matéria constante da convocatória. O que se passou foi, pois, um pedido de intervenção num ponto da ordem do dia em que se falou numa matéria que não constava daquele ponto, e que já tinha sido tratada anteriormente. Acresce ainda o facto de se ter ultimado no Regimento, mais concretamente no artigo 26.º, que diz respeito às regras do modo de uso da palavra, onde ficou expressamente previsto, em termos de competências da direção dos trabalhos da senhora Presidente da Assembleia, que o orador pode ser abordado pelo presidente da Assembleia para resumir a sua intervenção, podendo-lhe, inclusivamente, ser retirada a palavra, caso seja necessário, para orientar o objeto da discussão. Pareceu-lhe claro, neste caso, que a Senhora Presidente deixou-o ir longe, não lhe retirando a palavra. O que a senhora Presidente referiu foi que, sem prejuízo do que estava a ser dito, o que chamam “não ficar escrito em ata”, foi exatamente o direito que a senhora Presidente exerceu. Portanto, o que também são deveres dos membros da Assembleia é observar a ordem da convocatória e acatar o parecer do Presidente da Assembleia. Aqui chegados, pareceu-lhe que bem mandou a senhora Presidente ao considerar não estar em ata um segmento de uma intervenção que não tem a ver com o período da ordem do dia, que era o caso. Não deixa de ser curioso, disse o deputado da bancada do PS, que numa recente Assembleia, e de forma bastante veemente, o deputado José Albano Domingues se tinha insurgido contra uma intervenção que o próprio deputado Manuel Luís Gonçalves fez, na parte final de antes da ordem do dia, para exercer o contraditório relativamente a um ponto que tinha sido discutido nesse período, com o fundamento de não se ter previamente inscrito. Retorquiu, mesmo, que o senhor deputado José Albano Domingues é o primeiro a defender, e bem, a liberdade e a pluralidade e a

democracia nas intervenções, o que é uma coisa. Já outra coisa completamente diferente é tentar mudar o Regimento, tentando introduzir um ponto que já estava fechado. Terminou, portanto, dizendo que todos estão de acordo que o Regimento deve ser cumprido por todos e a Senhora Presidente, na sua função, tem precisamente a diligência e obrigação de fazer cumprir o Regimento.

A Senhora Presidente da Mesa referiu que a ata que se colocaria a votação não seria alterada. É sua função dirigir os trabalhos da Assembleia e manter a ordem. Questionou os presentes sobre o que se andaria ali a fazer se, chegados ao ponto 3, ainda se estivesse a conversar ou a fazer manifestações sobre o ponto 1. Considerou ainda que, se se invertessem papéis, o senhor deputado José Albano faria exatamente a mesma coisa. A senhora Presidente referiu ainda, que no ponto 1 deu a palavra ao senhor deputado José Albano Domingues três vezes. Disse que havia seis páginas de intervenção do senhor deputado acerca do assunto em causa. Teve resposta, por três vezes, do senhor Presidente. O assunto ficou encerrado. Passou-se ao ponto dois, foi tratado e encerrado. Passou-se ao ponto 3 e o Deputado José Albano iniciou a sua intervenção a colocar uma questão relativa ao ponto 1. Apesar disso, afirmou que, enquanto Presidente, não retirou a palavra ao senhor deputado, deixou-o continuar, mas informou-o que essa parte não iria ficar em ata, o que cumpriu. Destacou que os artigos 6.º e 26.º referem esses aspetos e que o senhor deputado, tendo estado na comissão da revisão do regimento interno, conhecia bem os artigos. Quem dirige os trabalhos na reunião é a Presidente da Assembleia. Acrescentou que, se se considera, com todo o respeito, que o ponto está encerrado, assim terá de ser. Aliás, a sua postura foi sobejamente explicada, estando a gastar-se tempo, dos sessenta minutos do período antes da ordem do dia, nestas coisas. Considerou que seria bem mais importante gastar esse tempo em assuntos mais interessantes para o concelho ou até para o público presente na Assembleia. A senhora Presidente continuou referindo que não duvidava que o assunto também fosse importante para as pessoas que foram assistir à reunião na altura, mas o assunto foi discutido até à exaustão. Não esqueceu o facto de o senhor deputado ter esgotado o seu tempo de intervenção, em muito, aliás, como faz em todos as reuniões e em todos os pontos, situação que a Senhora Presidente tem gerido imparcialmente, dando tempo às pessoas para intervirem e para manifestarem a sua opinião. Confessou que até já foi acusada de atribuir tempo a



mais à bancada do PSD. Contudo, ninguém se pode queixar de falta de tempo para manifestar a sua opinião na Assembleia. Neste momento, entendeu que artigo 29.º merecia ser revisitado, uma vez que aborda a elaboração da ata, dizendo que a é um resumo de tudo o que acontece na Assembleia, não sendo, portanto, uma transcrição. Ora, o senhor deputado faz questão que as coisas estejam escritas ao pormenor, com “pontos e vírgulas”, o que é contraproducente, pois uma ata com trinta e muitas páginas pode afastar as pessoas da sua leitura. A senhora Presidente continuou dizendo que tinha o cuidado de colocar a transcrição daquilo que lhe é enviado para a ata. Acontece que, nesse ponto, retirou a palavra ao deputado porque não poderia voltar a intervir relativamente ao ponto 1, que estava encerrado, o que deve ser respeitado. A senhora Presidente reiterou que não estava disposta a alterar a sua decisão e que o ponto estava encerrado.

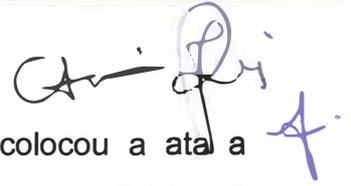
Já após a intervenção do senhor deputado da Bancada do PS, Manuel Luís Gonçalves, bem como as explicações que a senhora Presidente da Mesa entendeu dar, no sentido de que a mesa considera que a Ata não tinha de ser alterada, e citando o Regimento da Assembleia, pediu novamente a palavra o deputado José Albano Domingues para se pronunciar acerca dessa intervenção e das explicações dadas, situação que foi concedida pela Presidente.

Aproveitou, então, o deputado José Albano Domingues para afirmar que reconhece méritos argumentativos ao líder da bancada do PS mas que o raciocínio que o levou a concluir como o fez se encontra inquinado à partida, e tal porquanto naquela ocasião, na anterior Assembleia, o próprio não havia voltado a interpelar o senhor Presidente da Câmara acerca do assunto que expusera no período de Antes da Ordem do Dia, nem pretendia reabrir a discussão nesse ponto, limitando-se a sinalizar a sua surpresa por o senhor Presidente ter referido que não tinha que informar a Assembleia acerca de quais as condições postas para a transmissão da antiga escola à Associação Dona Paterna. Já quanto às explicações dadas pela senhora Presidente da Mesa o deputado José Albano Domingues retorquiu que o acontecido, como anteriormente já venceu, não tem nada a ver com desrespeito pelo Regimento, mas antes e apenas com o se reverter em Ata algo que aconteceu, de facto, acrescentando que, contrariamente ao que a senhora Presidente da Mesa afirmou, no sentido de que é ela quem decide se há de ou não constar da Ata o

reclamado, a decisão final pertence, antes, aos deputados da Assembleia presentes, que não são meros bonecos, afirmando ainda que a senhora Presidente da Mesa, que se queixou de haver atas com intervenções do deputado que se explanam em seis páginas, e fazendo-se até questão de terem pontos e vírgulas, tem de uma vez por todas de se definir e dizer se quer que o deputado lhe envie ou não as notas das suas intervenções, pois que lhas vem pedido recorrentemente, e que se as não quiser lho bastará dizer, para que o deputado não perca horas do seu tempo a revertê-las por escrito, para colaboração com a Mesa, questionando, finalmente, se a senhora Presidente da Mesa, que até é professora, tendo perfeita noção de que as pontas e vírgulas fazem toda a diferença no sentido dado às palavras e na construção frásica, se pretende que nas tais notas continuem os pontos e vírgulas a constar ou não.

O senhor deputado disse ainda que conhecia o regimento e que a Senhora Presidente é Presidente da Mesa, mas como advogado ninguém lhe ensinava a fazer o seu trabalho e, com toda a convicção e sem dúvidas, do que se tratou foi de um comentário da parte do deputado acerca da não resposta do senhor presidente da Câmara aquilo que tinha sido a sua interpelação. Portanto, não se está a falar de regimento nenhum. Respeita o posicionamento, respeita o sentido de voto que for plasmado, mas não tem dúvidas sobre o que referiu. Terminou dizendo que não foi conivente com a elaboração do Regimento. Colaborou com uma equipa de trabalho para que fosse feito e entende que o resultado foi bom. Conivente, pareceu ao senhor deputado, o termos desadequado para a situação.

A senhora Presidente terminou dizendo que o senhor deputado conhece muito bem o regimento e é advogado. Assim sendo, a Presidente da Mesa referiu que, apesar de ser uma simples professora, sabe o que é respeitar as instituições e a Mesa, pelo que não aceitou nenhum tipo de comentário do ponto 1 no ponto 3, mantendo agora a mesma posição, ou seja, o assunto não vai ficar plasmado em ata e o senhor deputado vota em conformidade com aquilo que bem entende. A senhora Presidente disse ainda que a mesa faz o seu trabalho, agradece as intervenções enviadas e, quando se referia a “pontos e virgulas”, referia-se ao ínfimo pormenor. Por último, referiu que o deputado podia continuar a enviar as suas intervenções para a elaboração da ata, porque assim não se perde meia hora a discutir a mesma.



Terminada a discussão, a senhora Presidente da Mesa colocou a ata a votação. Foi aprovada por maioria, com 7 votos contra da bancada do PSD e 8 abstenções dos deputados que não estiveram presentes na reunião.

A senhora Presidente da Mesa procedeu às inscrições para o período antes da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: Edgar Rodrigues, Paulo Cerdeira, Tiago Lourenço, Joaquim Silva, Aurora Soares, Manuel Rodrigues, António Domingues, Diogo Castro, Maximiano Gonçalves e José Albano Domingues.

Iniciou a sua intervenção o Presidente da Junta de Freguesia de Penso Edgar Rodrigues, que cumprimentou a Ex.ma Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros da mesa, o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e os restantes membros do executivo, a Técnica do Município de Melgaço, as Exmas. e Exmos. deputados municipais, o público presente.

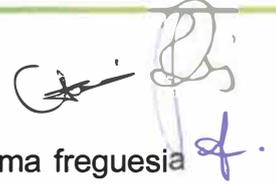
Como anfitrião, deu as boas vindas a todos e disse que, para si, para o seu executivo e para a população de Penso, era uma enorme honra receber a Assembleia na freguesia, num dia que, para ele, fica na história não só da freguesia, como da própria Assembleia, pois esta era, efetivamente, a primeira reunião descentralizada da Assembleia Municipal.

Como sabia da intenção da Senhora Presidente da Assembleia em realizar neste mandato reuniões descentralizadas, já há algum tempo que andava em conversações com a Sr.^a Presidente para que a mesma se realizasse em Penso. Contudo, por um ou por outro motivo, nunca se conseguiu proporcionar.

Recentemente, aquando das últimas inaugurações, lançou o repto ao executivo municipal, tentando-os sensibilizar para a necessidade de descentralizar algumas atividades para espaços existentes na freguesia de Penso, desde reuniões de trabalho, colóquios, palestras, à própria receção a membros governamentais, entre muitas outras coisas que se podem trazer para as freguesias, de forma a dinamizar os espaços renovados e aos mesmo tempo aproximar os poderes de decisão das populações.

Considerou que também de têm de dar passos para se tornarem num concelho que prima pela descentralização a esse nível.

Afirmou que, neste mesmo dia, começou novas conversações para tornar possível a realização da Assembleia Municipal.

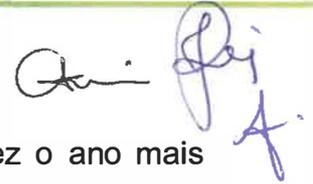


Referiu que, como o Senhor Presidente poderia verificar, são uma freguesia que sabe receber, sabe organizar, sabe cativar pessoas a participar, logo entendem que têm todos os condimentos necessários para a realização de eventos, pelo que reiterou um apelo ao executivo, dizendo que é necessário, para as freguesias, que as suas populações sintam essa dinâmica.

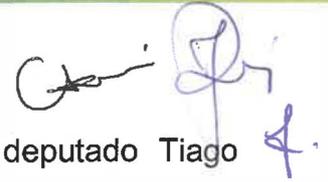
Acrescentou que, da parte da junta de Penso, ficava já o compromisso que tudo seria feito para que cada um desses eventos tivesse a repercussão a que a população de Penso já os habituou.

Por fim, e para terminar, deixou mais um apelo, com especial enfoque no troço da estrada Nacional 202, que vai desde o entroncamento da Políta até ao da Zona Industrial, uma vez que tem sido um autêntico ponto negro das estradas do concelho. Nos últimos tempos, fruto das dezenas de acidentes ali ocorridos, resultaram, pelo menos, 6 vítimas mortais. Provavelmente, a sugestão que apresentou não iria resolver por completo a situação, mas estava certo que poderia reduzir significativamente os acidentes naquele troço, pelo que sugeriu à Câmara Municipal que se juntasse à sua freguesia, para que em conjunto se fizesse um apelo às Infraestruturas de Portugal, por forma a ser colocada uma placa antes de cada entroncamento e nos sentidos correspondentes, mencionando "Atenção: Zona de Acidentes", como aliás se começa a ver em alguns dos locais com mais sinistros das estradas portuguesas. Terminou dizendo que podem contar com a Junta De Freguesia de Penso nessa missiva, e agradeceu a todos.

Em seguida interveio o deputado Paulo Cerdeira. Iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. Deixou um especial reconhecimento ao Presidente da Junta de Penso, Edgar Rodrigues, pelo grande trabalho que tem feito ao longo dos anos na sua freguesia. No passado, onde foram colegas presidentes de freguesias vizinhas, o senhor deputado reconheceu-lhe lealdade e simplicidade e deixou dois exemplos que, na sua altura como presidente, considera que foram marcantes para as freguesias de Penso e Alvaredo: a partilha de funcionários e equipamentos, para ganharem mais eficiência, e o alcatroamento da estrada de Felgueiras-Alvaredo que só foi possível com o seu empenho e, como na altura, a junta de Penso estava endinheirada e Alvaredo não, a Câmara Municipal suportou a despesa de Alvaredo e a Junta de Penso suportou a sua parte. Confessou que só assim foi possível a concretização da referida obra. O senhor deputado continuou a



sua intervenção falando das vindimas. Segundo a sua opinião, talvez o ano mais difícil desde que se dedica a esta área, quer em termos de tratamentos quer em termos de custos de produção, pois foi enorme o seu aumento. Considera que é importante refletir e procurar novas estratégias, sendo urgente trazer movimento para o concelho. Neste momento, referiu, são várias as pragas que afetam as vinhas e que se não forem tratadas convenientemente provocam quebras na produção, que foi o que aconteceu este ano, em que houve agricultores com perdas de 60%, perda que se estendeu até ao vinho tinto, que este ano também sofreu com estes fungos. Solicitou ao senhor Presidente que, no futuro, seja integrado no projeto NUTRIR este assunto, pois há sempre novas metodologias e, embora trabalhem com casas agrícolas, ainda fazem o mesmo que há vinte anos atrás. Concluiu dizendo que, apesar do péssimo ano que tiveram, os produtores de uva estavam de parabéns, pois todos fizeram um esforço para valorizar a região aumentando o preço da uva, o que foi um sinal positivo dado aos viticultores. É que a viticultura, segundo o deputado, é um alicerce de Melgaço, contribuindo para que as famílias possam ter um encaixe extra e capacidade de investir o dinheiro que a uva gera. Deixou também um apontamento sobre a inauguração da remodelação do Solar do Alvarinho, uma construção de 1997, uma casa histórica, importante e que diz muito do que Melgaço é na fundação da casta Alvarinha e dos seus vinhos ao longo dos anos. O senhor deputado referiu que gostou do novo enquadramento, simples, elegante, um espaço de qualidade e moderno, onde os visitantes sentem conforto, o que aconteceu recentemente quando o senhor deputado esteve lá com um grupo de americanos que ficaram deslumbrados com o que viram: todos os vinhos da região no mesmo espaço, com tecnologia digital, que lhes permite, no momento, saber toda a informação da região, dos produtores e dos seus vinhos. Parabenizou a Câmara pelo trabalho que tem desenvolvido no setor do vinho, que tem sido uma aposta clara, como são o caso da Festa do Alvarinho e da Festa do Espumante, eventos tão importantes para o território. Terminou a sua intervenção, pedindo ao senhor Presidente que fizesse um ponto da situação sobre as propostas do Jovem Autarca, com uma grande costela em Alvaredo e Penso, e em que ponto de situação está, nomeadamente, o parque de “skates”. Em Melgaço já há muitos praticantes e as estruturas que os praticantes utilizavam ficaram danificadas, pelo que foram retiradas, não tendo agora onde praticar esta modalidade.



A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Tiago Lourenço, que cumprimentou a Mesa no nome da sua Presidente, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e Senhores Vereadores, as senhoras e senhores deputados, Presidentes de Juntas de Freguesia e o público que assistia. Começou por dar uma palavra de agradecimento ao executivo da Junta de Freguesia de Penso, representado pelo seu presidente Edgar Rodrigues, pela receção que fizeram. De seguida, abordou dois eventos que decorreram no verão passado, parabenizando a Câmara Municipal pela organização de mais uma edição do Melgaço em Festa. Foram 12 dias de festa, iniciados com o Festival Internacional de Folclore e encerrados com o tradicional fogo-de-artifício, que tanto agrada aos melgacenses e a quem os visita. Segundo o deputado, durante esses dias houve muita animação, contando com um mercado medieval que teve considerável aumento do número de expositores.

Depois, e pela primeira vez, tiveram um cortejo histórico onde as juntas de freguesia participaram representando várias eras da história. Houve, também, três concertos que atingiram desde o público mais jovem ao mais sénior. De notar que não só os melgacenses, mas também o público visitante, aderiram em massa a esse evento provando que está bom e recomenda-se.

Numa outra vertente, falou do evento automóvel que decorreu no final do mês de julho, o Termas de Melgaço Classic Festival. Essa iniciativa do Clube Veículos Antigos de Melgaço, do qual o senhor deputado faz parte, contou com a parceria do Viana Motor Clube. Este evento já era há muito ansiado e um objetivo da Associação. Foi uma prova piloto que superou todas as expectativas, contando com mais de 200 inscrições e, após seleção, com 110 carros a participar. Considerou importante realçar que os participantes vieram de várias zonas do país e também da vizinha Galiza, trazendo consigo as suas famílias. Durante o evento tiveram não só uma feira de automobilismo, expositores de produtos locais e “street food”, mas também animação noturna. Como já referira anteriormente, esta iniciativa superou em muito as suas expectativas e o “feedback” dos participantes resume-se em “até para o ano”. Com isto, espera-se que o Classic Festival se repita e faça parte do calendário de atividades do Município. Contudo, e para que tudo isto fosse possível, agradeceu ao município de Melgaço por todo o apoio dado, à união de freguesias de Prado e Remoães, à Junta de Freguesia de Paderne e a todos os voluntários que



ajudaram. Espera-se que, com os números apresentados, os vereadores do PSD se rendam às evidências e vejam que a Associação não é apenas uma junção de meros entusiastas do automobilismo que organizam passeios. Aqui lembrou as palavras do vereador José Rodrigo em reunião de câmara, referindo que “a Associação não aporta qualquer benefício ao concelho e que este evento não era o Rally da lampreia, pelo que não trazia qualquer retorno”. Por isso, disse esperar, sinceramente, que o Senhor Vereador mude de ideias e alargue horizontes. Terminou, pedindo ao executivo da Câmara Municipal que continue a apoiar essa e outras iniciativas das coletividades, pois são importantes para o território no sentido de criar dinâmicas e fortalecer a economia local.

A senhora Presidente concedeu a palavra ao deputado Joaquim Silva, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes: os elementos da Mesa da Assembleia, na figura da Senhora Presidente, o executivo, o Sr. Presidente, os Vereadores, restantes membros da assembleia, a técnica do município e público presente. Deixou um cumprimento especial ao anfitrião, Edgar Rodrigues, que tão bem recebeu na JF de Penso.

O assunto que trouxe à Assembleia foi o evento desportivo recentemente realizado, o Monção e Melgaço Grandfondo. Uma vez mais, e à imagem das outras edições, com uma afluência muito significativa, com mais de 1300 inscritos, representando 18 Países, naturalmente com uma presença muito forte dos vizinhos de Espanha. Entendeu que são eventos que têm impacto importante no território, que de uma forma imediata agitam positivamente a economia e que depois permitem dar a conhecer o território aos que aqui vêm, com impactos muito importantes a curto, médio e longo prazo. Aqui enalteceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo executivo, pela estratégia consolidada no desporto, traduzido no sucesso dos eventos organizados no território, que é tão reconhecido dentro de portas como internacionalmente. O senhor deputado parabenizou a organização do evento que, apesar das difíceis condições climatéricas que se fizeram sentir, deu resposta às necessidades de todos os intervenientes. Na verdade, tiveram cerca de 1300 inscritos de 18 Países, tais como Austrália, Bielorrússia, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, França, Guernsey, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Moçambique, Peru, Espanha, Suíça, Reino Unido e Venezuela.



Seguiram-se as intervenções, com a Senhora Deputada Aurora Soares, da bancada parlamentar do PSD. Após cumprimentar a mesa e toda a Assembleia, falou da questão do Parque Urbano do Rio do Porto, mais precisamente do Parque de Lazer, situado na parte de baixo da Câmara, um espaço onde habitualmente se via um grupo alargado de crianças e jovens a conviver ou a praticar desporto, especialmente no campo multiusos, a praticar com os “skates”. Existia nesse espaço um conjunto de equipamentos que permitia a prática dessa modalidade e que, embora já não estivessem num estado de conservação e funcionalidade, davam para utilizar e realizar essa atividade. Acontece que esse mobiliário foi retirado desse local no verão passado, por ocasião da Gala de Patinagem, e não mais voltaram a ser recolocados. Segundo a deputada, causa tristeza ver que os jovens não podem usufruir desse espaço, pelo que agora não se veem por ali, como era hábito. A senhora deputada referiu ainda que alguns desses jovens se deslocavam para a Cañiza, em Espanha, percorrendo cerca de 20km para poderem praticar a modalidade em causa. Portanto, urge recolocar esse material no dito Parque, se possível renovado e mais completo, para que possam praticar a atividade de que tanto gostam. Outro assunto abordado pela senhora deputada foi o Melgaço em Festa 2023, embora não tenha nenhuma crítica a apontar, talvez sinal de que foi ouvida com as suas sugestões e críticas e de que não caiu em saco roto. Este ano o conceito pareceu-lhe melhorado relativamente ao ano anterior. Sabe que até foi um pouco dura quando disse que não se notava que havia festa, a não ser o concerto do Tony Carreira, e que mesmo esse tinha dado muita polémica entre o público, por causa do pagamento dos bilhetes. Disse também que, não desfazendo no valor que o Tony Carreira, tem que seria preferível com esse dinheiro contratarem vários grupos para outros momentos da festa. Ora, foi o que aconteceu este ano e que, na sua opinião, correu muito bem, pois viu-se gente, houve movimento na rua e muita adesão do público. Gostava, no entanto, que o senhor Presidente lhe dissesse o valor gasto na Festa do ano passado com o Tony Carreira e se o valor deste ano deu para pagar todos os concertos, que foram quatro. A senhora Deputada continuou dizendo que também o ano passado teria havido uns escassos minutos de fogo-de-artifício, apesar de as pessoas apreciarem muito o fogo. Este ano durou bastante tempo, foi um espetáculo bonito e deu para apreciar que, no final do concerto da Cuca Roseta, se juntou mais gente no recinto da festa, o que significa



que havia muitas pessoas que vieram de propósito para ver o fogo-de-artifício. Também houve uma inovação de louvar, o cortejo histórico, no sábado, muito bem aceite pela população e com muita adesão. Para além de as pessoas há muito reclamarem por um cortejo, considera que o mesmo correu bem, foi diferente. Parabenizou todas as juntas de freguesia, as associações e população que participou no cortejo e que representaram da melhor forma. Disse esperar, por isso, que este cortejo continue, embora com outros temas. Os melgacenses gostam deste tipo de atividades e participam com empenho, merecendo os parabéns. Também o ano passado criticou o facto de não haver animação para a juventude. Ora, este ano houve “djs”, a juventude permaneceu no concelho, não teve necessidade de ir para outros concelhos vizinhos, e correu bem. Deu para perceber que o que as pessoas querem é mais uma festa popular e que se valorizem as tradições do concelho. Não vale a pena inventar ou querer trazer o que é de melhor, porque o que importa, quando se organiza uma festa, não podem ser os nossos próprios gostos a mandar, mas sim aquilo que a população que temos nessa altura, no concelho, gosta. Já deu para perceber que este tipo de festa, mais popular, resulta. A senhora deputada terminou dizendo que não estão na assembleia para criticar, mas sobretudo para dar sugestões, participar, colaborar, e não para que sejam vistos como críticos, pois estarão sempre disponíveis para colaborar e também participar no que for necessário

Foi concedida a palavra ao senhor Deputado Manuel Rodrigues, que cumprimentou toda a Assembleia e deixou um cumprimento especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Penso por receber tão bem a Assembleia nas suas renovadas instalações.

De seguida, aproveitou o ensejo para parabenizar as atletas de futebol, a Rita e a Dânia, que foram convocadas para realizarem um estágio na seleção nacional, o que é sinal de que o esforço compensa e de que o clube presta um serviço de excelência na formação destes jovens. Falou também, e já houve oportunidade, no âmbito de uma Assembleia Municipal, de alertar o Executivo acerca de descargas de resíduos sólidos urbanos no curso de água conhecido por Rio do Porto, tendo então reportado a existência de uma tubagem que, particularmente em situações de maior pluviosidade e de sobrecarga das redes públicas, os despeja para o regato, mais concretamente no aqueduto existente sob a plataforma da Rua Dr. Augusto César



Esteves, no alinhamento do prédio onde está instalado o Serviço de Finanças de Melgaço. Tais descargas, que tornam a água escura, turva, com cheiros e por vezes com a coloração própria de hidrocarbonetos ou produtos químicos, são pontuais, mas inadmissíveis. Depois de algum tempo em que tais descargas não foram visíveis, certo é que voltaram a ocorrer ainda recentemente, o que foi confirmado por quem reside nas proximidades, sendo até objeto de registo em vídeo. Pede-se, pois, novamente, e por tal atentar contra o meio ambiente e biodiversidade e de fazer perigar a qualidade de vida e a saúde das pessoas, num curso de água que atravessa a Vila de Melgaço e que deveria ser o espelho ou o reflexo cristalino dos valores, da excelência da paisagem e da natureza que apregoamos, que se esteja atento a estas situações e, mais ainda, se lance mão do que necessário for com vista a eliminar esses focos de poluição, punindo devidamente os infratores. Vai-se, de resto, discutir sobre Regulamentos de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos e seria bom que os princípios e normas, os direitos e obrigações que ali são plasmados começassem por ser aplicados pela própria Câmara Municipal.

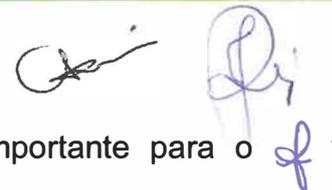
Outro assunto que mereceu destaque por parte do deputado foi as Piscinas municipais, uma vez que, aquando da sua inauguração, foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que a empresa que realizou as obras tinha prestado um serviço de excelência. Não lhe parece, pois, que passados quatro meses já tenham sido necessárias obras de remodelação. Pediu que se prestasse mais atenção, pois o próprio deputado, quando estava na água, levou com as pingas que caíam da cobertura, consequência da chuva forte que se fazia sentir.

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Deputado António Domingues, que iniciou a sua intervenção saudando toda a Assembleia, especialmente o senhor Presidente da Junta de Penso. Depois, o senhor deputado pediu ao senhor Presidente que o esclarecesse sobre alguns assuntos, nomeadamente o problema da habitação. Referiu o senhor deputado que toda a gente gosta de ter uma casa e deve ter direito a ela. Também ele há 40 anos pediu em empréstimo, a 22%, para fazer uma casa e nunca lhe passou pela cabeça que o Estado lhe viesse a dar ajudas para fazer a casa, tendo de aguentar esse encargo. Assim, o senhor deputado questionou o senhor Presidente sobre o que se passava em Melgaço com a habitação e se este ano houve resposta para os alunos do polo



universitário, visto que no ano passado houve alunos que desistiram do curso em Melgaço por falta de alojamento. O senhor deputado também ouviu dizer, e pediu ao senhor Presidente que o elucidasse, se iria haver investimento em Melgaço de pessoas de Monção, que viriam construir cá. Já no que diz respeito ao Hotel do Pezo, o senhor deputado disse que está em grande andamento, dá gosto ver, pelo que gostaria de saber se os prazos para a sua abertura e inauguração serão cumpridos. Questionou, neste seguimento, o porquê de também as casas de fronteira não se aproveitam para habitação, achando mesmo irritante assunto arrastar-se há tantos anos. Na sua perspetiva, seria altura de resolver definitivamente este problema, até porque dá pena ver as casas no estado em que estão. Terminou perguntando o ponto de situação da Zona Empresarial de Alvaredo, que, ao passar, lhe parece que está em bom andamento. No entanto, quis saber para quando as empresas e gente a trabalhar.

O Deputado Diogo Castro cumprimentou toda a Assembleia e parabenizou o colega Edgar pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver na freguesia de Penso, o que lhe diz muito pelas ligações que o unem à freguesia. Isto feito, centrou a sua intervenção na habitação em Alvaredo, tendo pedido ao senhor Presidente da Câmara um ponto de situação sobre este assunto que está em discussão pública, pois foram poucos os presentes na sessão de esclarecimento que se realizou em Alvaredo. O senhor deputado, enquanto representante a Freguesia de Alvaredo, disse que entendia que é na Assembleia que devem marcar uma posição, que é a que tiveram desde o início do processo. Na verdade, o projeto é importante para o município, tendo sido inicialmente lançado na comunicação social, o que levou a que a população se manifestasse negativamente com o trabalho que estava a ser feito, deixando mesmo a população assustada. O certo é que os trabalhos foram iniciados, com calma, e é assim, conversando, nos locais certos, que se deve fazer. Houve, por duas vezes, sessões de esclarecimento na sede da Junta de Freguesia de Alvaredo, que até levou a que se fizesse um abaixo-assinado com 190 assinaturas. Agora, afirmou, as coisas estão no bom caminho, os números que foram apresentados na última reunião já não ultrapassam as 44 habitações. A posição da junta de Freguesia, e pretende-se pôr isso por escrito, é que não ultrapasse as 30/35 casas, embora também lhes pareça importante que a tipologia dessas mesmas habitações seja tida em conta. Efetivamente, não querem ter menos frações, mas



apenas conseguir mais gente naquela zona. É um projeto importante para o concelho e, como representante da freguesia de Alvaredo, entende que não podem deixar que um projeto desses, que faz falta, destabilize a população da freguesia de Alvaredo. É uma preocupação da freguesia, é uma preocupação da junta e deve-se juntar uma coisa com a outra, procurando que esse projeto se enquadre na freguesia de uma forma positiva, que traga pessoas, dinâmica para esta freguesia que possui a Quintas de Melgaço, O Soalheiro, a Quinta do Regueiro e é normal que, com mais empresas, venham mais pessoas para o concelho, acabando por se fixar. Nesse sentido, a junta de freguesia vai, no período de discussão pública, colocar tudo por escrito e enviar ao senhor Presidente da Câmara. Já houve reuniões, tendo-se assumido o compromisso de reduzir ainda mais o número de frações a construir em Alvaredo. Também na altura acharam por bem, e disseram ao município, que se reservasse espaço para comércio e serviços, o que neste momento o projeto já prevê e que, mediante a construção de 400 metros quadrados, lhe confere ainda mais importância. De uma forma clara deve-se assumir o projeto, que pode trazer ainda mais valor à freguesia e pediu ao senhor Presidente que fizesse um esclarecimento à Assembleia, uma vez que poucas foram as pessoas que assistiram às reuniões de esclarecimento

Outro assunto que o deputado abordou foi o cortejo histórico. Deixou uma palavra de reconhecimento ao município, pela aposta, e aos colegas presidentes de junta por se terem mobilizado para que as suas populações participassem com êxito.

Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Deputado Maximiano Gonçalves, que começou por cumprimentar os presentes, deixando um cumprimento especial ao Edgar Rodrigues, pois nunca é demais enaltecer o trabalho por ele executado durante todos estes anos e que é do conhecimento de toda a gente e que, com esta reunião descentralizada, deu, mais uma vez, o exemplo da democracia.

Seguidamente pediu ao senhor Presidente da Câmara que abordasse alguns dos temas que iria falar. Em primeiro lugar, o início do ano escolar, em setembro. Atualmente, o Agrupamento de Escolas de Melgaço, conta com 630 alunos, dos vários anos de ensino, e salientou o funcionamento do Centro Escolar de Pomares (CEP). Para este efeito, lembrou as medidas que o executivo implementou para levar novos alunos a frequentar o Centro Escolar de Pomares, que passou a contar com 45 alunos. Na verdade, conseguiu-se, através do alargamento de horário, o que



permitiu e incentivou a ida de mais alunos para Pomares. Neste momento, o CEP abre às oito horas e fecha às dezanove horas, o que faz com que os pais tenham outras hipóteses de ter as suas crianças lá. Mas tudo isto só foi possível devido ao reforço dos transportes escolares e ao aprofundamento de um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, que permite que os alunos não estejam lá em armazém, porque isso seria muito mais fácil, mas sim com atividades proporcionadas por gente capaz, tendo, assim, esse horário preenchido com qualidade. O referido protocolo permite também, durante as obras que estão a ser executadas nas instalações da Santa Casa, a deslocação de duas das suas turmas para o Centro Escolar de Pomares, usufruindo das magnificas instalações do CEP durante esses meses.

Referiu também o arranque do ano letivo na EPRAMI. Assim, e apesar de terem passado por alguns contratemplos e dificuldades, este ano a escola está a funcionar com dois novos cursos, Técnico de Turismo Ambiental e Rural e Técnico de Informática, num total de 21 alunos. Para além disso, implementou alguns cursos financiados, destinados a trabalhadores que pretendam evoluir na sua formação. Já no Ensino Superior, e mais uma vez, a licenciatura de Desporto e Lazer voltou a esgotar as suas 70 vagas logo na primeira fase. O senhor deputado referiu também que foi informado pela própria Escola Superior que a estas 70 vagas concorreram trezentos e pouco candidatos e, dos 70 colocados, 68 escolheram este curso como primeira opção. Isto reflete bem a importância deste curso na panorâmica nacional, porque existem outros noutros sítios, mas este curso, nos meandros do Ensino Superior, está muito valorizado. Ainda na área do Ensino Superior, a escola, ainda este ano, abrirá três mestrados, com cerca de mais 50 estudantes. Tudo isto leva a crer que este ano em Melgaço haverá um bom ano letivo. Outro assunto que o senhor Deputado mencionou foi o Festival Internacional de Documentário de Melgaço, o DOC. Nesta área, e aqui dirigiu-se mais para o senhor presidente, dizendo-lhe que sabia, com certeza, que nos 2, 3 primeiros anos dessa sua aposta, o senhor deputado foi um bocado cético, descrente até em relação a essa iniciativa. No entanto, afirmou-lhe que, passados estes anos, e não nestes, mas particularmente agora, que concordava plenamente, pois foi uma aposta ganha do município, pelo executivo. Nos últimos anos participou mais ativamente nas atividades desse festival, reconhecendo que, e julga ser a opinião de uma grande maioria dos melgacenses, o DOC tem trazido valor a Melgaço. Não só o festival em

si, com os seus comentários, mas todas as atividades paralelas que vão acontecendo durante os dias do festival e que depois continuam durante o ano, tais como exposições, trabalhos de campo, lançamentos de livros que vão retratando a realidade e as atividades das freguesias de Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Alvaredo, Prado, entre outras. Afirmou que as pessoas participaram e continuam a participar. Também viu este ano diversas notas de imprensa que focavam este festival e, principalmente, o Museu do Cinema. Sem dúvida que esta aposta no festival deu uma visibilidade muito maior ao museu do Cinema de Melgaço. E até, com alguma admiração, o senhor deputado viu notas de vários países, como Espanha, França, Itália, Japão, China, Bulgária, Chipre, Alemanha, Suécia, Estados Unidos, Brasil e Paquistão, o que é, sem dúvida, uma promoção com grande significado para o Museu do Cinema. Ora isto, continuou, faz com que já tenham participado em várias atividades positivas, internacionalmente, mas também em Melgaço. Uma última referência foi para a comemoração do Dia Mundial do Turismo, no dia 27. Este ano, com o esforço da autarquia e em parceria com os agentes de turismo do concelho, o programa vai desenvolver-se entre o dia 27 e o dia 1 de outubro e mostrará como é possível fazer e mostrar para fora uma promoção sustentável do território, nas mais diversas vertentes. Durante esses dias vai haver trilhos diversos, passeios de cavalo de charretes, bus panorâmico, “rafting”, “canyoning”, visitas guiadas ao centro histórico, experiências com apicultores, visitas à queijaria Prados de Melgaço, visitas ao artesanato, visitas a adegas, programas especiais nas Termas do Peso a preços mais baixos, programas no Clube de Saúde do Centro de Estágios de Melgaço, incluindo provas de Alvarinho, com a promoção gastronómica em 13 restaurantes do concelho que alinharam nesta promoção, e uma promoção do turismo com um desconto de 20% em 37 operadores do setor, desde hotéis e residenciais a uma ampla oferta de casas de turismo de habitação, alojamento local. Isto que está a acontecer mostra que se estão a dar os passos certos nessa oferta de divulgação concelhia e, mais do que isso, a autarquia e todos os parceiros estão a dar o exemplo de como é possível trabalhar em rede, com todos os operadores dos diferentes setores de atividade, para promover o concelho.

Aqui chegados, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Deputado José Albano Domingues, que pediu à senhora Presidente da Mesa complacência devido ao tempo. No entanto, por entender que todas as intervenções

foram pertinentes, pois a Assembleia é para discutir os assuntos de Melgaço, agradeceu que todos tivessem um pouco de paciência, recordando que até há outros concelhos em que as assembleias duram oito horas e que, na lei está previsto que durem dias.

Feita esta salvaguarda, disse que o senhor Deputado Maximiano referiu que houve muitos particulares, inclusive pessoas com alojamento local/ turismo rural, que tiveram esse desconto de 20% para promover a economia em termos turísticos, tendo o próprio aceitado essa comparticipação para promover o seu empreendimento de Castro Laboreiro, Melgaço.

Depois, e na sequência da intervenção que efetuou no período de “Antes da ordem do dia” o deputado José Albano começou por fazer uma breve referência à intervenção do deputado Tiago Lourenço, na parte em que o mesmo se referiu, em tom crítico, ao senhor vereador José Passos Rodrigo, e ao sentido de voto e comentário deste último, em reunião da Câmara, acerca da recente iniciativa e organização do Clube de Clássicos nas Termas do Peso. Referiu que os comentários daquele senhor deputado deveriam ter sido feitos em reunião da Câmara e não na Assembleia, onde o senhor vereador se não pode defender, exercendo o direito ao contraditório ou usando a palavra. Mais referiu ter tido, a este propósito, a oportunidade de conversar com o senhor Vereador a propósito do dito sentido de voto, com o qual disse pessoalmente não concordar, e de aquele lhe ter respondido que havia votado contra o pedido de subsídio porque o mesmo superava o montante que era habitual conceder às Associações e porque a iniciativa lhe havia sido apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, naquela reunião, como um simples passeio de carros, desconhecendo o dito Vereador que envolvia também a realização de ações de promoção do território e das Termas do Peso, bem como a realização de dois pequenos filmes, vídeos ou curtas-metragens, de cerca de três minutos, e que se estivesse na posse de tais informações o seu sentido de voto teria sido certamente outro. Realçou que é preciso ter presente que os assuntos são votados em função da forma ou da informação com que são apresentados.

Entrando propriamente nos temas que trazia à discussão, o deputado José Albano Domingues enunciou, em primeiro lugar, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Penso, existente nas proximidades da confluência entre a Variante Nova às Estradas Nacionais 202 e 301 e o arruamento que atravessa a Zona

Industrial de Penso. Relembrou que a antiga ETAR havia sido motivo de acesa discussão no contexto da campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2017, pelo estado lastimável em que se encontrava, exalando cheiros nauseabundos e não desempenhando a função que lhe estava adstrita, de tratamento das águas residuais que aí acudiam, acabando por as lançar, poluídas, no curso de água que passa na sua confinância e com destino ao Rio Minho, e que mesmo que o senhor Presidente da Câmara o quisesse desmentir, os então candidatos do PSD aos órgãos autárquicos haviam contribuído decisivamente para que a obra da nova ETAR fosse lançada no terreno, e construída com a celeridade que se impunha. Prosseguiu dizendo que temos hoje, no local, uma nova ETAR, apodada de última geração, certificada, e que custou umas largas centenas de milhares de euros, mas que apesar disso já por mais do que uma vez, desde a sua inauguração e entrada em funcionamento, se constatou a existência de cheiros por ela anormalmente exalados e que se espalham pelas redondezas, tornando o ar dificilmente respirável, ou, no mínimo, extremamente desagradável, prejudicando a qualidade de vida das populações e mesmo de quem simplesmente passa na estrada. Lembrou que até há poucos dias atrás uma nova fase desses cheiros fastidiosos havia ocorrido, desconhecendo se se tratou de mau funcionamento, de sobrecarga com resíduos, ou qual o motivo. Finalizou este ponto da sua intervenção pedindo ao senhor Presidente da Câmara que explicasse o que é que tem estado na base desses cheiros, que não são normais, nem acontecem continuamente, e, fundamentalmente, o que é que importa fazer, e será feito, em ordem a que não se voltem a repetir.

Quanto ao segundo tema que abordou na sua intervenção o deputado José Albano aludiu ao traçado sinuoso da Variante Nova às Estradas Nacionais 202 e 301, nas denominadas “Curvas de Penso”, afirmando que todos certamente teriam presente a ocorrência, na quinta-feira anterior, de mais um acidente naquele troço da estrada nova que liga Melgaço a Monção, e por via do qual, infelizmente, mais duas vidas se haviam perdido, de dois melgacenses, de dois castrejas, de cidadãos que partiram e deixaram familiares, amigos e vizinhos acometidos de uma dor profunda, só verdadeiramente conhecida de quem já perdeu alguém que lhe fosse próximo. Acrescentou que do seu conhecimento já ali se haviam perdido pelo menos oito vidas humanas, entre as quais as de dois jovens de Castro Laboreiro e um de Prado,



e duas ou três pessoas da freguesia da Gave, o que qualificou de verdadeira tragédia. Informou que na primeira dessas curvas, para quem vai de Melgaço, também já haviam ocorrido muitos outros acidentes rodoviários, sem vítimas mortais é certo mas com ferimentos ligeiros e danos materiais, em função do traçado e do pavimento mal desenhados e concebidos, com a inclinação errada da plataforma da via, levando a inúmeros despistes. Acrescentou não lembrar ao Diabo permitir um traçado, naquele troço, com uma tal sinuosidade, um autêntico ponto negro. Prosseguiu que, não obstante saberem que a via em causa não é municipal, antes estando sob a alçada do governo da República, através da Infraestruturas de Portugal, S.A., tal não deve obstar a que façamos ouvir a nossa voz, e manifestemos, junto da tutela, a nossa indignação, em ordem a que seja feita a correção do traçado e do desnível da via e com isso se possam poupar vidas humanas. Terminou este assunto afirmando que urge reivindicar, perante quem de direito, as obras necessárias a acabar com o flagelo que tem constituído a perda de tantas vidas humanas, pedindo ao Presidente da Câmara para que nesse sentido diligenciasse, com o que, obviamente, contariam.

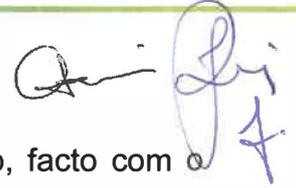
No terceiro, e último, tema trazido ao período de “Antes da Ordem do Dia” o deputado José Albano abordou a situação da “Adega Quintas de Melgaço, S.A.”, na qual o Município de Melgaço detém cerca de 62% do capital social, por doação de um dos fundadores. Afirmou que a Quintas de Melgaço nasceu graças ao cadastro concedido pelos viticultores, e para dar resposta à necessidade de colocação das uvas produzidos por quem tem vinhas. Disse saudarem o trabalho, bem feito, da parte dos gestores da empresa, e congratularem-se pelos prémios e pelo reconhecimento que os vinhos aí produzidos tem merecido nos mais variados certames, concursos e cantos do mundo, mas que isso não chega, pois que em ordem a que possa desenvolver a sua atividade, acompanhar o que de melhor se vai fazendo nesta área e não perder o comboio da modernidade, a Adega tem de crescer e de se reinventar. Mais assinalou que a Adega tem, de resto, premente necessidade de obras de conservação e de aumentar o espaço disponível para o armazenamento dos vinhos, para o que está presentemente a usar espaços que lhe são facultados por terceiros. Prosseguiu dizendo que para se fazer a manutenção e criar bases para se dar o salto qualitativo é necessário haver investimento, e para se fazer investimento é imprescindível ter capacidade financeira, sabendo-se que a

Câmara Municipal, acionista maioritário, não tem demonstrado essa capacidade financeira para o investimento e para crescimento. O deputado referiu, também, ser do seu conhecimento que a Adega não se pode, fruto da atual estrutura acionista, candidatar a fundos comunitários, em ordem a poder levar avante os projetos e a realizar as obras de que carece. Vincou que há muito que os eleitos da oposição defendem que os destinos da Adega devem ser confiados a quem trabalha no setor vitivinícola, e a quem produz as uvas que a alimentam, sendo que o Município, através da Câmara Municipal, não está vocacionado para administrar e trabalhar esta área de atividade ou negócio. A finalizar esta intervenção referiu ter sido informado que a Câmara Municipal havia encomendado estudos, ou um parecer, a um gabinete de advogados ou equipa de juristas, no sentido de aquilatar da possibilidade de, não obstante as condições postas na doação feita ao Município, se alterar a estrutura acionista da Adega, o que poderia passar por um aumento de capital mas subscrito apenas pelos privados, tornando o Município sócio minoritário, e pediu ao Presidente da Câmara que lhes confirmasse estas informações e lhes fizesse o ponto de situação desse dossiê.

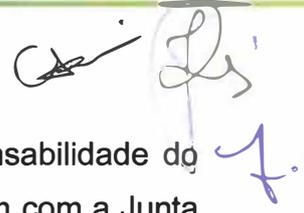
Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para que pudesse responder às questões colocadas, a senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Tiago Lourenço para, relativamente ao apoio do Festival de Carros, dizer que não foram 15000 euros, mas sim 7,500 euros, e também foi dito nessa reunião de câmara que o orçamento para essa atividade era de 4 vezes esse valor, o qual, acredita, que os vereadores tinham conhecimento disso.

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e, antes de responder às questões que lhe foram colocadas, cumprimentou os presentes, assim como o Presidente da Junta de Freguesia, Edgar Rodrigues, por acolher a Assembleia, num edifício renovado, parabenizando-o pelo trabalho extraordinário que tem feito no sentido de renovar e criar monumentos para a sua junta de freguesia. Acrescentou que é uma novidade a de trazerem as reuniões de Assembleia para fora do espaço da Câmara Municipal, felicitando o Presidente da Junta pela ousadia. Na verdade, iniciou uma nova configuração da Assembleia Municipal, que permite uma maior interação entre os participantes da Assembleia.

Depois, e por forma a responder às várias intervenções, recordou o apelo do senhor Presidente da Junta, Edgar Rodrigues, que começou por fazer referência à

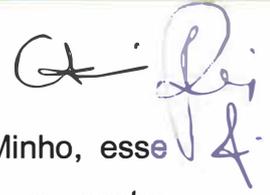


questão da necessidade de uma ativação maior da descentralização, facto com o qual o senhor Presidente da Câmara concordou e sobre o qual não tem feito outra coisa, do ponto de vista de gestão do executivo, que não seja essa intenção. Disse que tem um respeito pelos senhores presidentes de junta, absolutamente extraordinário. Desde o início, e publicamente o tem dito, que reconhece que, sem a sua ação direta no terreno, não seria possível fazer o trabalho necessário. Os presidentes de junta são peças essenciais em todo o trabalho com os seus executivos. Também referiu que esta aproximação de membros do governo ao território tem sido uma prática corrente do Executivo. Nunca em Melgaço se conseguiram levar tantos elementos da Tutela a tantos espaços do território, durante os últimos mandatos. Relativamente à Nacional 202, que o presidente da junta pede para que a Câmara se junte à freguesia, o senhor Presidente disse, com todo o respeito, que aquilo que espera é que as juntas de freguesia se juntem à Câmara, porque está a ser colocada esta questão, porque infelizmente ocorreu uma tragédia há pouco tempo, assim como já outras aconteceram nesse troço e noutros que não são de Melgaço. Infelizmente, a Nacional 202 tem tido problemas em toda a sua extensão. Há três anos a esta parte que o senhor Presidente da Câmara tem trazido para a agenda política a questão da Estrada Nacional 101 e da Estrada Nacional 202. Conjugadamente com o Município de Monção e com o senhor Presidente, fizeram, há dois anos, e já está o trabalho praticamente concluído, a contratualização de alguém que trabalha nesta área, e que sabe muito desta área, fizeram um estudo prévio, para o que consideraram essencial para o território, que é a ligação, a alternativa rodoviária a partir de Valença, até depois de Monção, alternativa essa que há muitos anos está pensada, não é novidade. Na verdade, foi pensada quando foi a A3 e quando foi pensada a A28, no sentido de vir até Valença e de, antes de Valença, fazer uma circulação a Monção – Melgaço. Relembrou que esta questão tem, porventura, 30 anos, ficou foi sem executar, o que é lamentável. Portanto aquilo que hoje exigem é que essa ideia originária seja retomada. O estudo que fizeram, mais uma vez, dá notas disso e dá nota da possibilidade dessa realização. Acrescentou que o estudo contempla um conjunto de intervenções na Nacional 202, para que esse troço em concreto, mas também outros troços, sejam corrigidos e sejam resolvidos. Nesta senda, retomou a nota apontada pelo deputado José Albano Domingues, que considerou lamentável que o troço esteja assim, com



essa configuração. A verdade é que, como disse também, a responsabilidade do desenho do troço é das Estradas de Portugal. Na altura ainda estariam com a Junta Autónoma das Estradas, e ficou, e é verdade que desde o início se manifestou como um desenho perigoso e que tem trazido dificuldade. Por isso, confessou que há grande empenho da autarquia, esperando agora que todos se aliem à Câmara Municipal e à CIM do Alto Minho. Na próxima semana terá oportunidade de ser recebido pelo senhor ministro João Galamba, para, uma vez mais, lhe levar um conjunto de documentos. Trata-se, na sua perspetiva, de um dossiê que tem de ser atendido, no sentido de que esta requalificação seja feita, e depois no conjunto de outras requalificações, no âmbito do Alto Minho, que também são exigidas e que também fazem todo o sentido que sejam consideradas e feitas. Estão a trabalhar afincadamente nisso e quer que, até ao final do mandato, esta questão fique resolvida, não com a construção das respetivas intervenções, mas no sentido que a tutela tenha assumido como missão fazer essas intervenções no Alto Minho, com particular atenção para a intervenção na Nacional 101 e 202. A intervenção que está a ser feita na 101 é resultante de um trabalho começado em 2014. O senhor Presidente da Câmara recordou que, logo no início do mandato, convocou uma reunião com o senhor Presidente da Câmara de Valença e o senhor Presidente da Câmara de Monção, em Melgaço, com a IP, para lhes dar nota, com fotografias e com um levantamento exaustivo, daquilo que eram dificuldades, as deficiências da Nacional 101 e da 202 nos seus primeiros oito quilómetros. Desse trabalho, que mandaram para a tutela e para o IP, resultou essa intervenção que a Nacional 101 está a ter. É positiva, vai trazer mais qualidade de circulação, mas não é suficiente, ou seja, têm claramente de se posicionar para que haja uma alternativa rodoviária.

O deputado Paulo Rodrigues falou da vindima e das suas dificuldades e da necessidade de conhecimento. O senhor presidente referiu que não têm feito outra coisa nos últimos 7 anos, e sem interesse nem crédito por parte de atores do território, desde 2015, que não seja pugnar para que o conhecimento venha até ao território. Não tem dúvidas que o setor, sobretudo na área da produção de vinho, da uva muito mais, precisa de apoio. Por isso têm lutado para que chegue esse conhecimento, agora através do NUTRIR com 3 pessoas a trabalhar no sentido de ajudar. Há ainda muito trabalho a fazer, mas essa conquista do NUTRIR, que nasceu em Melgaço, e agora com repercussão em todo o território do Alto Minho e o



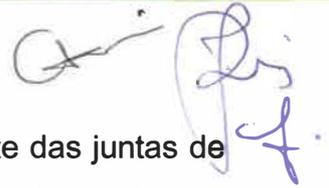
reconhecimento do valor em todo o território dentro e fora do Alto Minho, esse trabalho e essa estrutura vai dar, resultando na construção de um centro tecnológico. É isso que se está a desenvolver com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e espera-se que no próximo ano esteja criado. Exige-se, portanto, que esse centro tecnológico tenha um polo em Melgaço e porventura um polo nouro território do Alto Minho. Neste momento, a CIM do Alto Minho trabalha o centro tecnológico da Agro Alimentar, que estará pronto no próximo ano. Este centro tecnológico trabalha para a Economia Azul, sobretudo para a questão energética para a área do mar.

Sobre o Solar do Alvarinho, o senhor presidente agradeceu a referência que o senhor deputado Paulo Cerdeira fez, agradeceu o facto de ter trazido o testemunho de pessoas que passaram pelo Solar. Foi um projeto logo delineado no início, no primeiro mandato, foi arriscado, mas que trouxe qualidade ao Solar. Foi muito bem aceite pela população de Melgaço e os visitantes consideram-no de grande qualidade.

Recordou também a referência que o senhor deputado fez às festas, confessando que é um trabalho que o Município faz, vai continuar a fazê-lo e é um trabalho importante.

No que diz respeito ao parque de “skates”, foram retirados equipamentos que estavam envelhecidos e terão agora de os recuperar. Contudo, tem de ter tempo suficiente para a aquisição desses equipamentos e voltar a colocá-los, pois o objetivo é que a malta nova tenha todas as condições para a prática de todo o desporto no município, dando nota também de que, entretanto, requalificaram o polidesportivo e o parque infantil, que também está no enquadramento desse mesmo parque, e com muita qualidade. Relativamente ao Jovem Autarca, esperam que apresente propostas para renovação desse mesmo parque. Se alguns jovens têm de sair para a prática desta modalidade, também outros de fora, nomeadamente os vizinhos galegos, se deslocam a Melgaço, nomeadamente à piscina municipal para se exercitarem.

O deputado Tiago Lourenço e a deputada Aurora Soares falaram do Melgaço em Festa. O Presidente também considerou que correu bem e deu os parabéns às juntas de freguesia, por terem aderido ao convite que foi lançado pela Câmara Municipal e a sua equipa técnica, não tendo dúvidas de que, pelo sucesso que teve

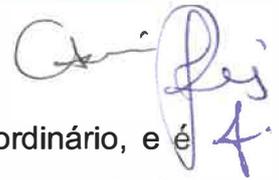


este ano, a adesão será com certeza maior no próximo ano por parte das juntas de freguesia e associações. Todos estão de parabéns. Tiveram muita participação nos momentos vários, também porque a divulgação foi uma grande aposta. O Senhor Presidente falou ainda do evento que decorreu nas termas, o Classic Festival, assunto apresentado pelo deputado Tiago Lourenço, considerando que correu muitíssimo bem, com muita gente, o que trouxe dinamismo ao território nesse fim de semana, e esperam que se mantenha a colaboração com o Automóvel Clube de Viana. Por isso, a autarquia estará de braços abertos para acolher e colaborar com o próximo evento dessa natureza. Recordou a acusação de que estas coisas só trazem despesas, clarificado o montante do apoio que foi dado. Contudo, para a câmara municipal, toda a despesa com esse conjunto de atividades, na área automóvel, do ciclismo, num conjunto de outras áreas do desporto, embora trazendo despesa, deve ser encarado como investimento para o território e todo esse conjunto de atividades anuais tem grandes repercussões na comunidade, nos diversos atores do território.

Respondendo ao deputado Joaquim, que falou do Grandfondo, o Senhor Presidente referiu que, em colaboração estreita com o Município de Monção, este ano o evento arrancou e chegou a Melgaço. Já no próximo ano será ao contrário, arrancando e terminando em Monção. Este trabalho vai continuar a fazer-se em estreita colaboração. Aceitou que esta atividade traz alguns problemas, como o congestionamento de trânsito, alguns difíceis de aceitar por parte das pessoas. É certo que há alguns inconvenientes, mas em edições futuras procurarão, no desenho do percurso, contornar o mais possível esse constrangimento.

A deputada Aurora Soares falou de questão dos valores dos concertos. O senhor Presidente da Câmara disse que não tinha os valores com ele, mas a verdade é que trouxeram um leque diversificado de atores e funcionou muito bem. Os “djs” também correram bem, embora em anos anteriores não tivesse acontecido o mesmo. Também isso funcionou e correu muito bem.

Relativamente à participação das atletas, de que o deputado Manuel Rodrigues falou, e do sucesso dos atletas melgacenses nas várias áreas do desporto, é um orgulho enorme perceber que todo o trabalho que as associações estão a fazer na área do desporto está a resultar, havendo uma colaboração estreita do município em todo esse trabalho, ao criar as condições do ponto de vista dos

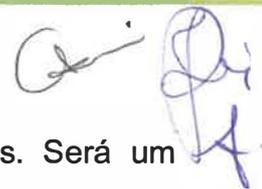


equipamentos do desporto que permitem esse sucesso. Mas é extraordinário, e é um orgulho, ver esse sucesso e saber que a Rita e a Dânia estão na seleção nacional feminina sub-15.

Quanto à questão do saneamento e de uma descarga na zona do Rio do Porto que foi abordada pelo deputado Manuel Rodrigues, referiu que vai proceder à verificação do sucedido. Não deixou, no entanto, de referir que os serviços do saneamento primam pela qualidade extraordinária e nota disso foi o facto de o ano passado, quando receberam o relatório de avaliação, estar plasmado que tinham cumprido todos os critérios referentes ao saneamento e tratamento de águas residuais, sendo apenas o município o gestor dos sistemas. Quando os gestores dos sistemas são outros, às vezes o cumprimento é mais fácil. Apesar destas referências, comprometeu-se, mais uma vez, a avaliar o que se passa relativamente a essa questão e, se houver necessidade de intervenção, far-se-á o necessário.

Sobre as piscinas municipais, o senhor presidente referiu que elas não foram sujeitas a remodelação, até porque ainda estão em garantia. Depois da inauguração foram detetadas algumas dificuldades e alguns problemas e, num período de paragem, e isso já estava combinado com a empresa, as piscinas foram sujeitas às intervenções de correção necessárias no âmbito da obra, para que nada fique sem corrigir e as piscinas estejam imaculadas. A questão da cobertura tinha uma deficiência, que ainda não foi resolvida por parte da empresa, mas está agendada para ser feita. Assim sendo, as piscinas hoje estão impecáveis, em funcionamento, do ponto de vista tecnológico estão excelentes, com uma equipa do município a acompanhar e a monitorizar todos os dias, para que tudo funcione plenamente.

O deputado António Domingues falou e colocou questões sobre a habitação. O Senhor Presidente disse estar satisfeito com aquilo que está a acontecer, pelo trabalho da Câmara, que está feito. Da habitação social já têm as habitações sociais, 17, em intervenção. As primeiras 6 foram concluídas. As segundas 9 já estão em obra e no espaço de mais três meses estarão concluídas. Relativamente ao investimento privado, estão satisfeitos com o que está a acontecer. Têm havido investimento para adaptação de casas e espaços para alojamento de estudantes, o que é relevante. Também terão oportunidade dentro de dois ou três meses de inaugurar a requalificação e ampliação da antiga escola de Prado, também com

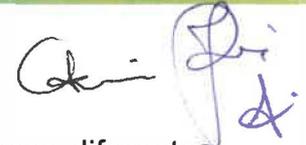


qualidade para acolher não só estudantes mas também professores. Será um espaço aproveitado pelo Politécnico na ótica de acolher pessoas que vêm trabalhar cá, como é o caso de alguns professores que vêm para doutoramentos. E satisfeitos porque sabem que há intenções. Não têm as coisas em cima da mesa, mas há intenções de investimento por parte do privado na construção de habitação, como é o caso de um grupo de empresários de Monção, interessados em construir na zona de Prado. Também há outro empresário Melgacense, que também na zona de Prado, tem intenção de investimento na construção de habitação para arrendamento, o que é ótimo. É bom, porque, por um lado, é sinal que há resposta para a procura dos que chegam a Melgaço, por outro lado, é sinal que há dinamismo económico que permite pensar nesse tipo de investimento.

As obras do Hotel do Pezo têm corrido bem. Os senhores vereadores estiveram lá e tiveram oportunidade de ver o andamento da obra em julho, no dia da inauguração do Solar do Alvarinho. O senhor Secretário de Estado foi animadíssimo com a qualidade do hotel. Esperam que a obra ande rapidamente. Não há propriamente uma data de compromisso de abertura, mas esperam que até ao final do ano as obras estejam concluídas para que durante o primeiro trimestre de 2024 esteja em funcionamento.

Quanto à questão das casas de fronteira, referiu que estão na mão do município desde 2016, sendo verdade que foram sujeitas a um projeto na área social que não obteve nenhum tipo de andamento, tendo, por isso, de ser esquecido. Recentemente, fez-se a reversão da cedência para esse fim, e isso já está resolvido. Agora chegou-se à proposta das casas para fins turísticos. Há interesse na utilização desse património para esse fim e está a ser preparado um concurso internacional para o efeito. Mal chegue essa conceção para fins turísticos, lançarão um concurso internacional para que isso aconteça.

Sobre a Zona Empresarial, referiu que está praticamente concluída, estando os acessos pavimentados para que se possa inaugurar. Simultaneamente à obra, o regulamento está publicado em Diário de República para que se possa por a concurso esses espaços, começando no próximo ano a construção de fábricas no território, que é isso que interessa. Juntamente com isso, estão a trabalhar arduamente num outro projeto, que é a Zona Empresarial de Nova Geração, que será absolutamente decisiva para o território. Aqui haverá produção energética de



grande dimensão, podendo-se, com essa produção, abastecer a preços diferentes dos valores comerciais. Essa produção começa a produzir hidrogénio verde, que é um desígnio europeu e nacional. Consolidando esta posição, alertou para o que o governo está a pensar fazer e apoiar no porto de Sines, ou seja, produção extensiva de hidrogénio verde para o abastecimento dos navios, conversão de frota circulante de navios do diesel para o hidrogénio verde, reduzindo consideravelmente a poluição. Esse trabalho está a ser feito no país e o concelho de Melgaço também terá essa oportunidade. Será diferenciador esse trabalho que se está a fazer na área da Zona Industrial de Nova Geração. E aí deu nota de que tiveram oportunidade de assinar, no momento em que inaugurarão esse espaço, com a freguesia de Penso, um protocolo, porque será na freguesia de Penso que se estabelecerá essa produção energética fotovoltaica e toda a produção de hidrogénio verde.

O deputado Diogo falou da questão da habitação em Alvaredo. Na verdade, todos mais ou menos conhecem o percurso desse processo. Há uns anos que se fala nisso. Tiveram oportunidade de comprar terreno para que essa habitação possa ser construída, têm conversado com a população, de uma forma mais acesa ou menos acesa, têm ouvido a população sobre isso, procuraram ajustar o projeto para que ele não seja tão agressivo na questão dos números, uma questão que já têm conversado, já tem ajustado esse número e, à presente data, estão na discussão pública. Nessa discussão tiveram também de criar os espaços de serviços naquele lugar para que não haja só habitação, mas também serviços como um restaurante, um supermercado, um café, ou seja, uma dinâmica que se acrescenta. Estão atentos àquilo que são as intervenções da população, para fazer um investimento de grande qualidade construtiva, que permita acrescentar aquilo que os privados estão a fazer – Oferta na área do arrendamento. O Senhor Presidente referiu que esta questão é fundamental.



Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

A senhora Presidente da Mesa questionou o senhor Presidente se pretendia acrescentar alguma coisa ao documento apresentado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º3	Análise e deliberação da proposta de Regulamento da Norma de Certificação "Melgaço+sustentável"
---------------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

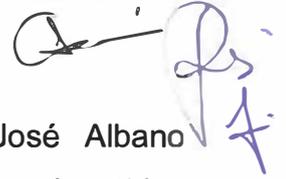
Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º4	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de serviços de Abastecimento Público de Água
---------------------	--

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para abordar este ponto da ordem de trabalhos.

Atendendo à tipologia dos assuntos a tratar nos pontos 4, 5 e 6, a Presidente da Mesa sugeriu que os mesmos fossem discutidos em simultâneo, tendo a proposta colhido anuência.



Solicitada a palavra e sendo-lhe concedida, o deputado José Albano Domingues disse concordar que a matéria inscrita nos três Regulamento submetidos à discussão e deliberação fosse tratada conjuntamente, mantendo-se, porém, o sentido de voto separado. Acrescentou que a sua intervenção abarcaria, por economia de meios, os três Regulamentos em questão. Aludiu à intervenção explicativa da senhora Vereadora Fátima Sousa, e ao ter a mesma referido que após a consulta junto da Direção Geral das Autarquias Locais, para auscultação de quais os agregados familiares que, por razões de parcos rendimentos, poderiam beneficiar do tarifário social para os utilizadores domésticos, trariam este assunto novamente a discussão, perguntou se tal aconteceria por via de proposta de alteração do Regulamento em discussão ou por qualquer outra via ou procedimento. Afirmou, seguidamente, concordar com o espartilhar das matérias respeitantes a tais serviços em três, distintos, Regulamentos, apesar de nada impedir que ficassem integrados num só e único. Considerou que tais Regulamentos, não obstante tecnicamente bem elaborados e sistematizados, pecam pelas opções políticas plasmadas nalgumas das suas normas, com as quais disse manifestamente não concordarem. Apontou como pontos dessa não concordância, nomeadamente, que se não tenham aceitado as recomendações da ERSAR no sentido de isentar os cidadãos do pagamento da execução dos ramais de ligação, contra cuja obrigatoriedade referiu sempre se terem insurgido, por traduzir uma verdadeira injustiça, aludindo às comunidades, aldeias e pessoas individualmente consideradas, que tiveram de lançar mãos à obra, trabalhando e pagando do próprio bolso os custos de redes privadas, para poder ter as casas abastecidas com água, e construindo fossas sépticas para darem um destino aos resíduos sólidos produzidos, não sendo justo nem razoável que agora tenham, no âmbito das empreitadas públicas para implementação das redes infraestruturais, de voltar a pagar os ramais de ligação. Acrescentou terem presentes as razões apontadas para a opção pela continuação do pagamento, fundamentada com critérios de igualdade, o que disse não aceitarem, pois que se até agora se pagou pagou-se mal, não se devendo persistir no erro, mas antes remediá-lo.

Referiu também não considerarem justo impor aos Melgacenses a obrigatoriedade de suportarem custos com ligações ou sistemas de bombagem sempre e desde quando os mesmos não ultrapassem os 3.000,00 €uros,

questionando o porquê de 3.000,00 €uros e não de 1.000,00 ou mesmo de 500,00. Particularizou a situação dos prédios encravados, que não confinam com a via pública, em que se torna necessário implantar tubagens em terrenos de terceiros, perguntado porque razão está previsto na proposta de Regulamento que a Câmara suporte os custos com as tubagens e já não suporte os custos com a maquinaria necessária para abrir as valas e com a mão-de-obra. Referiu igualmente não concordarem que se diminuam (como está previsto no Regulamento) os apoios da Câmara, de 50 para 25%, relativamente aos utilizadores não domésticos, nos quais se incluem até as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e muito menos com o argumento de que é necessário pagar a importação da água junto da empresa “Águas do Norte”, pois que esses custos sempre existiram e nem por isso até agora havia a Câmara Municipal deixado de participar com os tais 50%. O deputado José Albano finalizou esta sua intervenção relembrando a conjuntura extremamente difícil por que estão a passar famílias, empresas e instituições, sobrecarregadas com impostos, taxas, rendas, prestações de créditos e despesas da mais variada ordem, e que numa tal conjuntura a opção deveria passar por manter os apoios e se possível reforçá-los, em ordem a proteger, a auxiliar, a ajudar, e não a contribuir para aumentar as dificuldades e obrigações que a todos já sobrecarregam.

Não havendo outros pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD, com declarações de votos de ambas as bancadas parlamentares.

O deputado Francisco Reis de Lima não esteve presente na votação.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



Assunto n.º5	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas
---------------------	---

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD, com declarações de voto do PS e do PSD.

O deputado Francisco Reis de Lima não esteve presente na votação.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos
---------------------	---

A senhora Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse o documento que foi enviado aos senhores deputados.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD, com declarações de votos de ambas as bancadas parlamentares.

O deputado Francisco Reis de Lima não esteve presente na votação.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Análise e deliberação da terceira alteração do Mapa de Pessoal 2023
---------------------	--

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções, do grupo parlamentar do PSD.



O deputado Francisco Reis de Lima não esteve presente na votação.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º8	Análise sobre a situação económica do semestre findo em 30 de junho de 2023
---------------------	--

Neste momento, pediu a palavra para se pronunciar o senhor deputado Pedro Silva, que, no uso dela, principiou por apresentar cumprimentos à Mesa, cumprimentos ao executivo, aos colegas deputados e presidentes de junta e aos ilustres munícipes aqui presentes.

Sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 30 de junho de 2023, começou por referir que o Relatório é um instrumento novo e que acrescenta transparência na análise da gestão corrente e de investimento por parte do executivo.

Disse ainda saber que a mesma pode ser afetada e a sua análise ser enviesada por alguma sazonalidade que todos sabem que existe, quer do lado da receita quer do lado da despesa.

Mesmo assim cumpriu-lhe dizer que não há uma melhoria nas contas apresentadas, pelo contrário.

E apresentou os seguintes dados:

- Uma degradação no passivo corrente e não corrente com um aumento da dívida em um milhão e quatrocentos mil euros;
- Os resultados passaram de positivos em junho 2022 para um resultado líquido de 1.140 mil euros negativos;
- Um aumento de mais de um milhão de euros nos subsídios concedidos, que explicam este resultado negativo. Aqui estranhou e questionou o brutal aumento;
- A dívida por cada habitante aumentou mais de 300 euros, e cada melgacense deve 1270 euros;



- A execução orçamental continua com um grande peso da execução de receita e despesa corrente;
- Na componente de capital há um grande desequilíbrio entre a despesa e a receita, com um défice de quase dois milhões de euros entre elas. O que levará de forma inevitável a um aumento da dívida a fornecedores;
- Há por parte do ROC uma nota para se ter atenção com a regra do equilíbrio orçamental, que pode vir a ser violada;
- Havia um atraso significativo no recebimento de subsídios e financiamentos, com um saldo negativo de cinco milhões e oitocentos mil euros. O que levou a se ter esgotado o valor disponível na conta caucionada;
- Um aumento enorme das despesas correntes, de quase 8%. A este ritmo as despesas correntes em 8 anos irão duplicar;
- O prazo médio de pagamento a fornecedores piorou e passou para 130 dias.

Para finalizar, apresentou o que diz o ROC, de forma indelével, a saber: *“A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução em obras...”*.

Assunto n.º9	Intervenção do Público
---------------------	-------------------------------

Não houve intervenção do público presente.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e trinta minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Catarina Aurora Rodrigues Mira

Catarina Aurora Rodrigues Mira
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Vitor Rodrigues

Vitor José de Castro Rodrigues
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO
QUANTO AOS ASSUNTOS Nºs "4", "5" e "6" DA "ORDEM DE TRABALHOS" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO
DE 23/09/2023

("Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de serviços de Abastecimento Público de Água, do
Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos")

As atividades de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.

Tais serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade, e de eficiência e equidade dos tarifários aplicados.

No quadro da transferência de atribuições e competências para as autarquias locais os municípios encontram-se incumbidos de assegurar a provisão de serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, nos termos do previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), incumbência que pode ser prosseguida de diversas formas, entre as quais o modelo de gestão direta do serviço, através das unidades orgânicas do município, como acontece no caso de Melgaço, em que a Câmara Municipal assume o papel de Entidade Gestora.

No que concerne aos Regulamentos em discussão demos nota, na Assembleia, do nosso acordo a que as matérias que neles são regulamentadas o sejam em três, distintos, diplomas, por dessa forma se poderem tornar muito mais específicos, direccionados ao caso concreto e funcionais (apesar das muitas normas comuns que os integram).

Considerámos, também, que tais Regulamentos se encontram tecnicamente bem elaborados e sistematizados e que até se poderiam revelar meritórios, acaso fossem expurgados de algumas opções políticas com as quais manifestamente não concordamos.

Não concordamos, designadamente, que se não tenham aceite as recomendações da ERSAR (a mesma ERSAR que o Executivo tantas vezes cita ou usa quando pretende impor determinados pagamentos, ou a sua atualização, aos Melgacenses), no sentido de isentar os residentes do pagamento da execução dos ramais de ligação.

Sempre nos insurgimos contra a injustiça que para nós constitui a obrigatoriedade de um tal pagamento.

Temos presentes as razões apontadas para a opção pela continuação do pagamento dos ramais, fundamentada com critérios de igualdade, razões que não aceitamos. Diremos que se até hoje se pagou se pagou mal, e se se pagou mal isente-se do pagamento de ora em diante e, querendo-se justiça, igualdade ou equidade, devolva-se o que foi (mal) pago, desconte-se ou compense-se quem pagou, sendo certo que o Executivo Municipal sempre terá forma de atingir tal desiderato.

Entendemos que quando se erra se não deve persistir no erro, só porque alguém já foi prejudicado.

Repare-se que existem comunidades, aldeias inteiras, pessoas individualmente consideradas, que perante a inação das Câmaras ou Autarquias naquilo que é o cumprimento das obrigações que a lei sobre eles faz impender, tiveram de lançar mãos à obra, trabalhando e pagando os custos do seu próprio bolso, para lograrem ter as suas casas abastecidas com água, através de pontos de captação, de redes privadas e de condutas particulares, e também mediante a construção de fossas sépticas, em ordem a darem um adequado destino aos resíduos sólidos que produzem.

Esses mesmos cidadãos já tiveram de trabalhar tanto, de pagar tanto, do seu próprio bolso, que não faz qualquer sentido que agora, em função das redes de abastecimento público implementadas pela Câmara Municipal, e no contexto de empreitadas de ordem pública, sejam contingentados a ter de pagar novamente, desta feita os ramais de ligação, que a Câmara deveria custear, e, sublinhe-se, depois disso, terão ainda de pagar as taxas e tarifas mensais pelo fornecimento. Isto é que nem é justo nem razoável. Mas o executivo pretende implementá-lo como tal, e sob o jugo de cominações sancionatórias cujo valor em tais Regulamentos ainda tratam de elevar.

Também não é justo impor aos Melgacenses a obrigatoriedade de suportarem custos com ligações ou sistemas de bombagem sempre e desde quando os mesmos não ultrapassem o custo de 3.000,00 Euros. Porquê 3.000,00 Euros e não 1.000,00 ou mesmo 500,00? Acaso os Melgacenses estarão assim tão endinheirados que possam, só para este específico fim, dispor de uma tal quantia, para que a Câmara veja implementado este tipo de serviços, que a Constituição da República manda sejam assegurados, e que deveriam ser tendencialmente gratuitos?

Dizer, ainda, que em absoluto não concordamos com que se diminuam (como está previsto no proposto Regulamento de Abastecimento de Água acontecer) os apoios da Câmara, de 50 para 25%, relativamente aos utilizadores não domésticos, nos quais se incluem, até, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS,s que, como na nossa intervenção em anterior Assembleia Municipal tivemos a oportunidade de alertar, se debatem com grandes dificuldades de ordem económico-financeira.

Fazemos questão de relembrar a conjuntura extremamente difícil por que estamos a passar, com as famílias, as empresas e as instituições sobrecarregadas com impostos, taxas, taxinhas, rendas, prestações de créditos, despesas correntes e da mais variada ordem.

E nesta conjuntura a opção da nossa Câmara deveria passar por não diminuir os apoios, antes por os manter, se possível os aumentar, ou mesmo isentar do pagamento, nem que fosse temporária ou transitoriamente, em ordem a proteger, a ajudar, a auxiliar, e a não contribuir para aumentar as dificuldades, os compromissos e as obrigações que a todos já tanto sobrecarregam.

Para se responder a uma tal (difícil) conjuntura, e ao aumento da inflação, deveria, na verdade, o Executivo criar um pacote de medidas anticrise, para permitir o apoio imediato às famílias do concelho, ajudando-as a combater, de forma robusta e imediata, esta emergência social. E nesse apoio, em casos de necessidade, criar até um fundo que assegurasse, em casos de necessidade, o pagamento da água, da luz e dos bens de primeira necessidade, e não diminuir apoios, como agora faz.

É quanto se deixou explanado nesta declaração de voto que motiva o sentido de voto dos eleitos da bancada do PPD/PSD, *i.e.*, a abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assuntos n.º 4, 5 e 6 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 23 de Setembro de 2023: “Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de serviços de abastecimento público de água”; “Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal do serviço de saneamento de águas residuais urbanas” e “Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de gestão de resíduos urbanos”

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente as três propostas de Regulamento Municipal, apresentadas pelo executivo à Assembleia Municipal, relativamente aos serviços de abastecimento público de água, ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas e à gestão de resíduos urbanos.

O voto favorável deste Grupo Parlamentar deve-se ao facto de os respetivos Regulamentos para além de cumprirem os preceitos da Lei, estarem devidamente sistematizados e bem elaborados.

É também opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que foi uma mais valia separar os três Regulamentos, dando assim uma visão mais clara e de maior facilidade de interpretação a cada um dos assuntos em questão.

Melgaço, 24 de Setembro de 2023

O Grupo Municipal do Partido Socialista